



CÂMARA DOS DEPUTADOS
TERCEIRA SECRETARIA

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Delegada Katarina)

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito praticado por integrante de organização criminosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso II-A, com a seguinte redação:

“*Art. 1º* ”

Parágrafo Único: ”

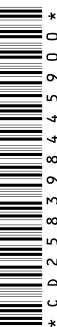
II-A - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito praticado por integrante de organização criminosa, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013; (NR)

..... ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 — a chamada Lei dos Crimes Hediondos — para incluir entre os delitos nela tipificados o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERCEIRA SECRETARIA

uso restrito praticado por integrante de organização criminosa, conforme definição do art. 1º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

A proposta nasce da constatação de que o poder bélico das facções criminosas e milícias tem se tornado um dos maiores desafios à segurança pública e à soberania estatal no Brasil. Grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) vêm se estruturando com armamento de uso restrito e até proibido, muitas vezes superior ao das forças policiais, o que lhes permite manter o domínio territorial, impor “regras” próprias e subverter a autoridade do Estado Democrático de Direito.

Embora a legislação vigente já considere hediondo o porte ou posse de arma de fogo de uso proibido, o mesmo tratamento não é conferido à conduta envolvendo armas de uso restrito, ainda que praticada por integrantes de organizações criminosas fortemente armadas. Essa lacuna normativa cria um desequilíbrio jurídico e compromete a efetividade das políticas de enfrentamento ao crime organizado.

A posse e o porte de armas de uso restrito por membros de facções e milícias não são atos isolados: na verdade, são condutas preparatórias essenciais para a prática de crimes graves, como homicídios, roubos armados, tráfico de drogas, extorsões e ataques a instituições públicas. Esses grupos mantêm arsenais clandestinos que garantem sua capacidade de intimidação e controle sobre comunidades inteiras, inviabilizando a atuação das forças de segurança e colocando em risco a vida de civis inocentes.

A classificação dessa conduta como crime hediondo é medida que se impõe para restringir a circulação de armas de alto poder destrutivo nas mãos de organizações criminosas e para aumentar o caráter dissuasório da norma penal. Tal enquadramento implica, conforme o art. 2º da Lei nº 8.072/1990, a vedação de benefícios como anistia, graça, indulto e fiança, além do regime inicial fechado e da progressão de regime apenas após o cumprimento de 2/5 ou 3/5 da pena, conforme o caso.

Essas restrições refletem o maior grau de reprovabilidade da conduta e o potencial lesivo coletivo que ela representa. Ao portar armas de uso restrito,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERCEIRA SECRETARIA

um integrante de facção ou milícia viola a lei e ameaça diretamente a segurança nacional, desafiando o monopólio estatal do uso legítimo da força.

Casos recentes ilustram o problema. Em operações policiais realizadas no Rio de Janeiro, em outubro de 2025, foram apreendidas armas de uso restrito e até proibido em poder de organizações criminosas, algumas com origem em forças armadas estrangeiras. Tais episódios revelam que o armamento de guerra tem se tornado ferramenta de dominação territorial e financeira de grupos que atuam à margem da lei, exigindo uma resposta penal proporcional à gravidade do fenômeno.

Diante disso, a proposição é coerente com a política nacional de segurança pública e alinha-se à lógica já adotada em outros dispositivos legais, que reconhecem a organização criminosa armada como circunstância de especial gravidade. Além disso, fortalece o trabalho das polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário, ao conferir maior robustez jurídica às ações de repressão e persecução penal contra facções e milícias.

Trata-se, portanto, de um aperfeiçoamento legislativo necessário, que fecha uma lacuna e reforça a capacidade do Estado de conter o avanço do crime organizado armado. Ao aprovar esta proposição, o Parlamento reafirma o compromisso com a segurança pública, a defesa da vida e a preservação da ordem democrática.

Por todos esses motivos — jurídicos, sociais e de segurança nacional —, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em 06 de novembro de 2025.

Deputada Federal Delegada Katarina
PSD/SE

